

ELEIÇÕES

Magistrado recua de proibição e culpa PL

Ministro Raul Araújo revoga decisão contra Lollapalooza e justifica que petição da sigla atribuída à organização do festival estímulo à propaganda eleitoral antecipada

» LUANA PATRIOLINO

Após ser alvo de uma enxurrada de críticas, o ministro Raul Araújo, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tenta se distanciar das acusações de censura por ter proibido manifestações políticas no festival de música Lollapalooza. O magistrado revogou, na segunda-feira, a própria decisão. Ele homologou o pedido de desistência protocolado pelo PL e alegou ter sido induzido ao erro pelo partido.

“Ressalto que a decisão anterior foi tomada com base na compreensão de que a organização do evento promovia propaganda política ostensiva estimulando os artistas — e não os artistas, individualmente, os quais têm garantida, pela Constituição Federal, a ampla liberdade de expressão”, escreveu, ao revogar a proibição.

Na prática, a decisão inicial do magistrado de proibir manifestações políticas não produziu efeitos, pois o TSE não conseguiu notificar a organização do Lollapalooza a tempo, antes dos shows de domingo — último dia do evento. A dificuldade na notificação ocorreu devido a um erro da petição do PL, que identificou equivocadamente as empresas responsáveis pela produção do festival (leia Saiba mais).

Espontaneamente, a organização do Lollapalooza encaminhou um documento à Corte eleitoral e afirmou não ter como cumprir a determinação que “vede manifestações de preferência política” durante a apresentação dos artistas, tampouco controlar e proibir o conteúdo das falas, visto que o show não foi contratado com o objetivo de “promover qualquer candidato ou influenciar na campanha eleitoral”.

A organização ainda ressaltou que os episódios representam “o exercício regular da liberdade de expressão” e são manifestações de caráter pessoal e de responsabilidade exclusiva dos artistas.

A retirada da peça pelo PL atendeu a um pedido feito pelo presidente Jair Bolsonaro. Ele teria ficado enfurecido com o desgaste sofrido.

Antonio Augusto/secom/TSE



O ministro Raul Araújo em solenidade no TSE: ele determinou a extinção da ação do PL



Ressalto que a decisão anterior foi tomada com base na compreensão de que a organização do evento promovia propaganda política ostensiva estimulando os artistas — e não os artistas, individualmente, os quais têm garantida, pela Constituição Federal, a ampla liberdade de expressão”

Trecho da decisão do magistrado

Acusação de ilegalidade

O PL foi ao TSE após a cantora Pabllo Vittar exibir uma bandeira com a imagem do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante sua apresentação no festival de música. De acordo com o partido, o ato configura campanha eleitoral antecipada e, por isso, foi ilegal. No domingo, o ministro Raul Araújo, da Corte Eleitoral, acolheu o pedido da legenda e proibiu o que chamou de propaganda política antecipada. O magistrado ainda determinou multa de R\$ 50 mil à organizadora em caso de descumprimento.

Saiba mais

Empresas erradas

Na representação protocolada no TSE, em que reclamou de propaganda política antecipada no festival, o PL — partido do presidente Jair Bolsonaro — listou as Lollapalooza Brasil Serviços de Internet Ltda e Latin Investment Solutions Participações Ltda como alvos da representação e não a TAF Entretenimento, responsável pelo evento, o que abriu debate sobre a validade da decisão do ministro Raul Araújo, da Corte eleitoral, de proibir manifestações políticas nos shows. No despacho em que revogou a própria decisão, o magistrado determinou a extinção da ação, “sem resolução de mérito”, ou seja, sem que o caso fosse analisado por inteiro.

Alckmin é vice de fachada, diz Moro

O ex-ministro da Justiça Sergio Moro (Podemos) afirmou, ontem, que o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) é um “vice de fachada” do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, a escolha do ex-tucano para integrar a chapa não alterou as posições do PT em um novo mandato.

“É um vice de fachada”, sustentou Moro, durante almoço com empresários da Associação do Comércio do Rio de Janeiro (ACRJ). “É um vice que contraria tudo o que ele disse no passado. Ele que, em campanhas passadas, se colocou como anti-Lula, denunciando a corrupção do PT de forma tão veemente, está agora figurando como vice (da chapa petista)”,

acrescentou o presidenciável.

Mesmo sem apoio de outras siglas e com pouca estrutura nos estados, Moro afirmou que não pretende desistir da sua pré-candidatura em apoio a uma “terceira via”, outro candidato que tenha 1% ou 2%. Deixou, porém, aberta a possibilidade de desistência.

Ele enfatizou que deve se manter candidato ao menos até julho. Será quando, com seu grupo político, avaliará o cenário eleitoral.

“Não posso renunciar à minha candidatura para alguém que tem 1% ou 2% nas pesquisas, quando a gente tem lá 10%, 9%, 8%”, afirmou. “Não tenho essa vaidade, mas tenho o sonho de mudar o país.”

Sergio Dutti/divulgação



Moro afirmou que não pretende desistir de pré-candidatura

CASO DANIEL SILVEIRA

Colocação “imediata” de tornozeleira

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Federal entre na Câmara para colocar tornozeleira eletrônica no deputado Daniel Silveira (União-RJ). O magistrado enfatizou que a ordem seja cumprida imediatamente.

“A decisão de imposição de novas medidas cautelares foi comunicada à autoridade policial e à Secretaria de Administração Penitenciária do Estado

do Rio de Janeiro (Seap/RJ), para sua imediata efetivação, devendo ser informado o cumprimento a esta Corte em 24 horas, notadamente no que diz respeito à fixação do equipamento de monitoramento eletrônico”, escreveu na decisão publicada ontem. “Contudo, passados três dias desde a determinação, não há notícias, da parte da Polícia Federal ou da Seap/RJ, acerca de seu cumprimento, o que recomenda a adoção de

providência que garanta a autoridade da decisão deste Supremo Tribunal Federal”, ressaltou. Horas antes, na tribuna da Câmara, Silveira desafiou Moraes e disse que não voltará a usar o equipamento. Ele ainda declarou que os deputados tomarão a decisão final. “Aqui eu falo em tribuna: não será acatada a ordem de Alexandre de Moraes enquanto não deliberar pela Casa. Quem decide isso são os deputados. Alexandre, cumpra a

Constituição”, afirmou. Moraes, no entanto, destacou na decisão que a determinação de colocação do aparelho não deve ser submetida ao Parlamento, pois não afeta o exercício do mandato.

Silveira ainda disse, mais cedo, que vai morar na Câmara. Segundo ele, o ato é um protesto contra novas medidas cautelares pedidas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e autorizadas pelo STF (LP)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Bolsonaro pauta privatização da Petrobras nas eleições

O principal ícone do nosso nacional-desenvolvimentismo é a Petrobras. Nasceu a partir de uma grande mobilização popular, na qual o debate sobre a industrialização do país, que já ocorria desde a Primeira República, passou a ter centralidade na intervenção do Estado na economia. O Congresso formado em 1945, após a redemocratização, na nova Constituição, admitiu a participação de capitais privados estrangeiros, desde que integrados em empresas constituídas no Brasil. Dois anos depois, quando o presidente Eurico Dutra tentou aprovar o novo Estatuto do Petróleo, deu-se a confusão.

O projeto de Dutra concluía que o Brasil não tinha condições de nacionalizar a produção de petróleo, por falta de jazidas, recursos e gente qualificada. A reação foi generalizada, a começar pelo Clube Militar, que liderou a criação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. Com o slogan “O petróleo é nosso”, a partir de 1948, a Campanha do Petróleo ganhou corações e mentes, com a tese de que era necessário o monopólio estatal em todas as fases da exploração.

Foi no embalo dessas mobilizações que o presidente Getúlio Vargas, em dezembro de 1951, enviou ao Congresso o projeto de lei propondo a criação da “Petróleo Brasileiro S.A.”, empresa de economia mista com controle majoritário da União. Outro projeto, apresentado pelo deputado Eusébio Rocha, mantinha a fórmula de empresa mista, mas estabelecia o monopólio estatal, vedando a participação estrangeira. Curiosamente, até a antiga União Democrática Nacional (UDN) assumiu a defesa do monopólio estatal.

Aprovado na Câmara em setembro de 1952, o projeto da Petrobras sofreu 32 emendas no Senado, todas derrubadas quando voltou à Câmara. Em 3 de outubro de 1953, depois de intensa mobilização popular, Vargas sancionou a Lei nº 2.004, criando a Petróleo Brasileiro S.A.—Petrobras, empresa de propriedade e controle totalmente nacionais, com participação majoritária da União, encarregada de explorar, em caráter monopolista, diretamente ou por subsidiárias, todas as etapas da indústria petrolífera, menos a distribuição.

O monopólio estatal do petróleo somente deixaria de existir em 1997, nas reformas do governo Fernando Henrique Cardoso, mas a Petrobras continuou sendo a principal empresa do setor. Por quê? Em tese, qualquer empresa nacional ou estrangeira pode criar oleodutos, terminais e refinarias, porém, as grandes companhias multinacionais de petróleo não têm interesse em construir e, sim, de fazer com que a Petrobras seja vendida, para que comprem os seus ativos.

O PAPEL DA PETROBRAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS AINDA É OBJETO DE MUITA POLÊMICA, DEPENDENDO DA CORRENTE POLÍTICA OU DOCTRINA ECONÔMICA. ENTRE OS ARGUMENTOS A FAVOR DA PRIVATIZAÇÃO, OS ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO

Caiu atirando

O papel da Petrobras para o desenvolvimento do país ainda é objeto de muita polêmica, dependendo da corrente política ou doutrina econômica. Entre os argumentos esgrimidos a favor da privatização, são preponderantes os escândalos de corrupção, o fato de a economia do carbono estar com os anos contados, a alta dos preços dos combustíveis, cuja culpa recai sobre o governo, e a falta de capacidade de investimento para explorar o petróleo da camada pré-sal na escala necessária.

Ao substituir o presidente da Petrobras, general Joaquim Silva e Luna, pelo economista Adriano Pires, um dos especialistas do país na área de energia, o presidente Jair Bolsonaro pautou o tema da privatização da Petrobras no debate eleitoral. Ainda mais porque Luna saiu atirando contra Pires, ao dizer que a estatal não pode fazer política pública com os preços dos combustíveis e “menos ainda” política partidária. O economista tem defendido a adoção de preços subsidiados durante a crise da Ucrânia, para reduzir o impacto do custo dos combustíveis no bolso dos consumidores. A demissão de Luna não agradou aos militares, mas a escolha de Pires foi muito bem recebida pelo mercado, quando nada porque defende a privatização da empresa.

Figurinha fácil nos programas de tevê, aos quais é convidado sempre que o tema da energia está na ordem do dia, Pires é formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em economia industrial pela Universidade de Paris XIII. De certa forma, cevou a indicação para o posto de Luna, minado por seus comentários e conselhos como assessor do Ministério de Minas e Energia. Bolsonaro agarrou com as duas mãos a proposta de criação de um fundo de estabilização para evitar repasses de preço ao consumidor nos momentos de forte alta da cotação do petróleo, como agora, durante a guerra na Ucrânia. No Palácio do Planalto, o preço dos combustíveis é apontado como um dos fatores de risco para a reeleição do presidente da República. Ao fazer a troca de comando na Petrobras, Bolsonaro tenta se descolar da alta dos combustíveis e acena para o mercado com a venda da empresa.